RESPOSTA Á MATÉRIA DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE VEICULADA NO DIA 20 ABRIL 2021: SERVIDORES PÚBLICOS DO CEARÁ GANHAM 72% A MAIS QUE OS TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA

No último dia 20, o jornal Diário do Nordeste veiculou matéria informando que o servidor público do Ceará ganha 72% a mais que os trabalhadores da iniciativa privada. Embora tal matéria aponte basear-se em dados do IBGE, ela definitivamente não retrata a realidade dos servidores públicos do Estado do Ceará. Na verdade, há tempos, temos observado espúrio e indecoroso ataque aos servidores públicos e serviços públicos. Vende-se, de forma desleal, enganadora e absolutamente mentirosa, a ideia de que a maioria dos servidores públicos são marajás, insinuando que ganham sem trabalhar, e incutindo por meio de mensagem subliminar que seria melhor para a sociedade se eles não existissem. Vende-se, a alto preço, que os servidores públicos representam pesada carga financeira para a sociedade, ao mesmo tempo em que tentam influenciar a sociedade a aceitar que a iniciativa privada tome conta dos serviços que hoje são públicos - sob o falso pretexto de que tais serviços se tornariam melhores e mais baratos. Ledo engano: a experiência tem nos mostrado o contrário.

Basta ver os serviços de distribuição de energia elétrica e de telefonia. Não se constrói uma democracia e um país organizado, que atenda as necessidades e anseios da população de forma digna, sem o servidor público competente, bem remunerado, tratado com respeito e dignidade e ao mesmo tempo compromissado com sua missão de servir bem a sociedade. O servidor público tem um papel decisivo na Gestão Pública, pois sua missão é de servir o estado através de políticas públicas com ética e interesses da sociedade e não ao governo de plantão.

É interessante observar que esse sórdido ataque à figura do servidor público foi intensificado após o advento da Constituição Federal de 1988. E isso não foi por acaso, existe interesse econômico e político em tal ataque. É que a partir de então só pode ser servidor público quem for aprovado em concurso público. Ora, a exigência de aprovação em concurso público foi e é empecilho para muitos políticos e até outros setores da sociedade empregar seus familiares, amigos e correligionários, como fartamente acontecia durante a ditadura militar, e que ainda hoje acontece, porém de forma inconstitucional e sob o risco de responder por improbidade administrativa.

Não é por outra razão, que a proposta de reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional pretende tornar afastar a exigência de concurso público. Então, se aprovada tal reforma, só terá vez quem for amigo do governo de plantão. Imagine a qualidade do serviço prestado por um professor, um médico, um enfermeiro, um assistente social, etc., posto no serviço público por um político influente! É exatamente isso que propõe a mencionada reforma administrativa. Esse tipo de matéria não tem nenhum intuito de melhorar a qualidade do serviço público, mas apenas convencer a sociedade de uma falácia. Sim, a verdade é que a maioria dos servidores públicos é mal

remunerada. Existem casos de Enfermeiros do Estado do Ceará, nível superior, com 40 anos de serviços prestados ao Estado, recebendo remuneração bruta menor do que 03 salários mínimos por mês. Aqueles que ganham um pouco mais ocupam cargos comissionados ou, por necessidade, obrigam-se a trabalhar em regime de plantão de 12 horas ininterruptas de serviço, tendo, ainda, que cumprir pelo menos 05 plantões extras no mês, isso para ganhar um pouco mais. A situação piora quando se verifica a remuneração dos servidores de nível médio. Na última década (2010-2020), a inflação oficial (IPCA-E) foi de 84,63%, mas o governo do Estado repôs apenas 40,51% de tais perdas inflacionárias. De tal sorte que só nos últimos 10 anos os servidores estaduais amargam mais de 50% de arrocho salarial. Portanto, matérias como essa publicada no DN, desqualificam a imagem do servidor e do serviço público.

Os grandes salários não estão nos contracheques da esmagadora maioria dos servidores, mas, sim, no contracheque do chamado alto clero do serviço público, contra os quais pouco ou nada se diz ou se faz, como dos deputados, dos magistrados, dos membros do ministério público, dos procuradores públicos e de certos grupos favorecidos pelos gestores de plantão. Mas, esse, repita-se, não é o caso da maioria dos servidores públicos, principalmente os do poder executivo, onde em sua grande maioria, ultrapassaram a casa dos 50 anos de idade e possuem em torno de 35 anos de serviços prestados ao Estado do Ceará e à sociedade cearense. É lamentável que após vários anos sem reajuste salarial, sem respeito a data base e às leis e protocolos mínimos de negociação coletiva, o governo Camilo Santana imponha humilhação ao servidor público e à sociedade com arrocho salarial por falta de correção inflacionária e de condições de trabalho, sem motivação, ascensão profissional, planos de cargos e carreira, além dos milhares de terceirizados, prestadores de serviço, e até trabalhadores cooperados (que sequer tem direto a férias e 13º salário), provocando enorme dificuldade para manutenção adequada da prestação de serviços essenciais.

A falta de concurso público tem reduzido drasticamente o número de servidores públicos no Estado, que hoje funciona com cerca de apenas 30% do efetivo total de trabalhares no poder Executivo, já que o restante é composto por terceirizados, estagiários, jovens aprendizes e cooperados com salários aviltantes, além, é claro, de uns poucos privilegiados de apadrinhamento político. É vergonhoso ver um servidor público, com mais de 30 anos de serviços prestados ao Estado, ganhando como salário base valor inferior ao salário mínimo, o que o força a trabalhar até o momento da aposentadoria compulsória, a fim de não perder algumas gratificações que, depois de aposentado, deixam de ser pagas, como o adicional noturno e o risco de vida, pois com a retirada dessas verbas o valor da aposentadoria é reduzido praticamente pela metade, aumentando o arrocho financeiro do servidor.

Tudo isso sem falar no grego presente da reforma previdenciária, pois com esta os servidores foram taxados em 14% pelo governo do Estado no valor da aposentadoria que ultrapassar 02 salários mínimos, atualmente, R$ 2.200,00. Ora, o servidor público é servidor do povo e da sociedade. Servir a sociedade é o compromisso maior do servidor

público. O servidor público contribui muito para o crescimento e desenvolvimento da sociedade como um todo, mediante ações que visam atender às solicitações do cidadão sempre que possível, com desprendimento, profissionalismo, transparência e, principalmente, imparcialidade. Servidor público qualificado, capacitado e dedicado é o melhor investimento que a sociedade pode fazer, pois garante uma Gestão Pública eficiente e eficaz, trabalhando exclusivamente em prol da sociedade, e não do governo de plantão. Não há serviço público de qualidade sem servidor público respeitado, valorizado e comprometido com o trabalho, pois é inquestionável a relevância da atuação do servidor público, sendo seu principal diferencial cuidar do que é de todos nós: do nosso estado e do nosso país.

Em defesa da vida, saúde e mais Serviços Públicos, Mova-se!

Diretoria Colegiada do Mova-se

Revisada em 07 maio 2021

MOVA-SE
FILIADO À CUT FENASEPE
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

CUT CEARÁ